

CLUSTER MUNITION MONITOR 2016

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Status da Convenção sobre Munições Cluster de 2008

- Um total de 119 países assinaram ou aderiram à Convenção sobre Munições Cluster até 10 de agosto de 2016, dos quais 100 são Estados Partes legalmente vinculados às disposições da Convenção. A Convenção entrou em vigor em 01 de agosto de 2010 e é o único instrumento internacional que visa o fim do sofrimento causado pelas munições cluster.
- Desde agosto de 2015, Colômbia, Islândia, Palau, Ruanda e Somália ratificaram a Convenção. Cuba e Ilhas Maurício aderiram.

Promoção do Banimento

- Em 07 de Dezembro de 2015, a primeira resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a Convenção sobre Munições Cluster foi votada e adotada com 139 votos a favor, incluindo os de 32 países não-signatários na Convenção. Somente Rússia e Zimbábue se opuseram.
- A Croácia sediou a Primeira Conferência de Revisão da Convenção sobre Munições Cluster em 07 de setembro de 2015, onde os Estados Partes adotaram a “Declaração de Dubrovnik”, comprometendo-se a “acabar com o sofrimento causado pelas munições cluster” e afirmando que “nós condenamos qualquer uso de munições cluster por qualquer agente”.

Novo Uso

- Não houve relatos confirmados ou alegações de novos usos de munições cluster por nenhum Estado Parte desde que a Convenção sobre Munições Cluster foi adotada em maio de 2008.
- Desde 01 de julho de 2015, novos usos de munições cluster foram registrados em dois Estados não-signatários, Síria e Iêmen.
 - Forças do governo sírio utilizaram pelo menos 13 tipos de munições cluster lançadas no ar e lançadas do solo de julho de 2012 a julho de 2016. Durante esse período, houve pelo menos 360 ataques de munições cluster em 10 das 14 províncias da Síria, mas o número real é provavelmente mais alto, considerando que muitos ataques não são registrados.
 - A Rússia tem negado o uso de munições cluster na Síria desde o começo de sua operação militar em conjunto com o governo sírio em áreas mantidas pela oposição em 30 de setembro de 2015, mas existem evidências convincentes do uso das munições.
 - A Arábia Saudita, e possivelmente outros membros da coalizão que tem sido conduzida no Iêmen desde 25 de março de 2015 contra Ansar Allah (os Houthi), utilizou munições cluster lançadas no ar e lançadas do solo. Entre abril de 2015 e fevereiro de 2016, ao menos 16 ataques com munições cluster foram registrados envolvendo o uso de 7 tipos de munições. Os Emirados Árabes Unidos negaram ter usado munições cluster, enquanto a Arábia Saudita admitiu somente um ataque, em abril de 2015.

- Os danos causados a civis pelo uso de munições cluster na Síria e no Iêmen têm atraído grande cobertura da mídia, protestos por parte da opinião pública e condenações.
- Além disso, existe uma forte - porém não confirmada - evidência de que munições cluster foram usadas em Nagorno-Karabakh em abril de 2016. Azerbaijão e Armênia ambos negaram ter usado munições cluster no breve conflito.
- Quênia, país signatário, negou a alegação sobre ter usado munições cluster na Somália em janeiro de 2016.

Vítimas

- Mais de 20.300 vítimas de munições cluster foram registradas em todo o mundo entre 1960, quando os Estados Unidos conduziram ataques com munições cluster no Laos e no Sudeste Asiático, e o fim de 2015. Muitas baixas, entretanto, seguem sem registro ou carecem de documentação suficiente. O número estimado do total mundial de vítimas em 33 países e outras 3 áreas é de mais de 55 mil.
- No total, 417 vítimas de munições cluster foram registradas em 2015, a maioria na Síria (248), seguida pelo Iêmen (104). Em ambos os países, a vasta maioria dos acidentes ocorreram durante ataques com munições cluster.
- Mortes durante ataques com munições cluster foram documentadas em 2015 na Síria (em curso), Ucrânia (em fevereiro) e no Iêmen (de março em diante).
- Em 2015, mortes por munições cluster remanescentes foram registradas em pelo menos 8 países e em outras duas áreas: Afeganistão, Camboja, Chade, Líbano, Laos, Ucrânia e Iêmen, assim como em Nagorno-Karabakh e Saara Ocidental.
- Civis representam a maior parte das baixas, alcançando 97% dos casos cujo status foi registrado em 2015.

Contaminação

- Até agosto de 2016, um total de 24 países (13 Estados Partes, um signatário e 10 não-signatários) e três outras áreas já foram contaminadas por munições cluster remanescentes. Não está claro se mais 5 outros Estados estão contaminados (um Estado Parte, um signatário e três não signatários).
- Novos usos aumentaram a contaminação no Sudão e na Ucrânia no primeiro semestre de 2015, na Síria e no Iêmen em 2015 e 2016, e supostamente na área de Nagorno-Karabakh em 2016.

Limpeza

- Em 2015, pelo menos 702 km² de terreno contaminado foram limpos, com um total 120.000 submunições foram destruídas durante operações de liberação de terras (inspeção e limpeza). Entretanto, esta estimativa é baseada em dados incompletos, já que os resultados da inspeção e limpeza têm sido precariamente registrados e relatados em muitos países.
- Conflitos e insegurança em 2015 e 2016, impediram esforços para liberação de terras em três Estados Partes (Afeganistão, Iraque e Somália) e em seis países não-signatários (Líbia, Sudão, Sudão do Sul, Síria, Ucrânia e Iêmen).

Assistência à vítima

- Os Estados Partes se comprometeram em melhorar a assistência para vítimas de munições cluster até 2020, como parte do Plano de Ação de Dubrovnik, mas durante o período de cobertura de relatórios uma nova atenção foi necessitada para substituir ou gerenciar serviços que foram reduzidos e programas que fecharam por causa de falta de financiamento internacional.
- Maior apoio internacional é necessário para garantir uma disponibilidade de assistência adequada, especialmente para organizações representativas de vítimas de munições cluster que conseguem alcançar os muitos sobreviventes residentes em áreas remotas ou rurais.

Destruição de Estoques

- Um total de 40 Estados Partes armazenaram munições cluster em algum momento. Vinte e nove deles destruíram completamente os seus estoques, sendo destruídos, ao todo, quase 1,4 milhões de bombas cluster contendo 172,9 milhões de submunições. Isso representa a destruição de 93% do total de estoques de munições cluster e 97% do número total de submunições declaradas pelos Estados Partes.
- Em 2015, nove Estados Partes destruíram 79,184 munições cluster e 8,7 milhões de submunições. Alemanha, Itália, Japão, Moçambique e Suécia terminaram a destruição de seus estoques em 2015, enquanto a França anunciou o término em junho de 2016.

Produção e Transferência

- Dezesete Estados Partes e a Argentina, país não-signatário, cessaram a produção de munições cluster.
- Em novembro de 2015, a empresa privada *Singapore Technologies Engineering* anunciou sua parada da produção de munições cluster. A Singapura menciona uma moratória de exportações indefinida, mas ainda tem que se comprometer em não adquirir munições cluster.
- Em maio de 2016, o governo Obama suspendeu a transferência estadunidense de munições cluster para a Arábia Saudita depois de relatos de uso dessa arma em áreas civis no Iêmen.

Retenção

- A maioria dos Estados Partes formalmente declararam que não reterão nenhuma munição cluster para treinamentos ou pesquisas em técnicas de detecção, remoção e destruição, que são permitidas pela convenção.
- Onze Estados Partes – todos da Europa – estão armazenando munições cluster funcionais para treinamentos e pesquisas, mas a Bélgica, República Tcheca, Dinamarca, França, Alemanha, Espanha e Suíça reduziram significativamente o número de suas reservas desde o dia em que fizeram suas declarações iniciais. A Itália, Holanda e Suécia não relataram a destruição de nenhuma munição cluster, enquanto a Eslováquia disse que pretende destruir seu estoque de munições cluster armazenadas.

Legislação Nacional e Transparência

- A Bulgária, Ilhas Maurício, e Togo, desde setembro de 2015, promulgaram uma legislação nacional para implementar a convenção, fazendo um total de 27 Estados Partes com leis nacionais específicas administrando a implementação da

convenção. Trinta e um Estados Partes indicam que uma legislação existente é suficiente para que essa implementação seja cumprida.

- Um total de 76 Estados Partes enviaram um relatório inicial de transparência, conforme exigido pela convenção, representando 82% de todos os Estados Partes os quais a obrigação foi posta em prática, como a de julho de 2016. Cinco Estados Partes estão com mais de cinco anos de atraso de entregar seus relatórios iniciais.
- Desde 21 de julho de 2016, duas dúzias de Estados Partes ainda têm que enviar seus relatórios anuais atualizados, que deveriam ter sido entregues até 30 de abril de 2016.

Interpretação da Convenção das Munições Cluster

- Pelo menos 37 Estados Partes e signatários à convenção consideram qualquer assistência intencional ou deliberada com atividades banidas pela convenção como proibidas, mesmo durante operações militares conjuntas com outros Estados que não são parte. Entretanto, Estados Partes como Austrália, Canadá, Japão e Reino Unido, apoiam o aspecto contrário ao Artigo 1 da convenção, que vê ultrapassada a proibição de assistência com ações proibidas por causa da interoperabilidade de fornecimentos, contidos no Artigo 21.
- Pelo menos 33 Estados concordam que tanto o trânsito de munições cluster por um Estado não-parte pelo território de um Estado Parte, como a estocagem estrangeira, estão proibidos pela convenção. Estados Partes como a Austrália, Canadá, Japão, Holanda, Portugal, Suécia, e o Reino Unido, têm afirmado que o trânsito e a estocagem estrangeira não são proibidos pela convenção.
- Os Estados Partes Noruega e o Reino Unido confirmaram que os Estados Unidos removeram seus estoques de munições cluster de seus respectivos territórios, mas estocam e provavelmente continuarão estocando munições cluster nos Estados Partes Afeganistão, Alemanha, Itália, Japão, e Espanha, e também nos não-signatários Israel, Catar, e talvez no Kuwait.
- 10 Estados Partes decretaram uma legislação que proíbe explicitamente o investimento em munições cluster, enquanto pelo menos 28 Estados Partes e signatários à convenção elaboraram sua perspectiva que o investimento na produção de munições cluster é uma forma de assistência que é proibida pela convenção.